

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 06/2023

*Altera os artigos 33 e 61 Lei 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções da Polícia Militar, a fim de estabelecer critérios objetivos para as promoções dos Policiais Militares do Estado do Tocantins.*

### EMENDA ADITIVA

Art. 1º A Lei 2.575, de 20 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ .....  
.....

Art.33.....  
.....

II - .....  
.....

a) condenado a pena restritiva de liberdade, por sentença transitada em julgado, previstos na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, desde que, o fato seja considerado infamante ou lesivo à honra e à dignidade da profissão, a critério da comissão de promoção a respectiva classificação dentro deste rol;

b) declarado indigno de permanecer na Corporação, em procedimento administrativo ou judicial, com a perda do Posto ou da Graduação;

c) em cumprimento de pena restritiva de liberdade, não disciplinar;

*Depois  
às 15:30hs  
28.04.23*

*[Assinatura]*



Art.61.....

III - absolvido, impronunciado ou absolvido sumariamente, feito transação penal ou suspensão condicional no processo a que responde;

....." (NR)

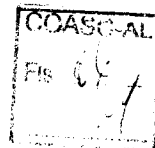
Art. 2º Fica revogado o inciso VII do art. 33 da Lei nº 2.575/12.

Art. 3º Tem aplicação aos Policiais Militares que, por estarem *sub judice*, não foram incluídos nos quadros de acesso à promoção da Polícia Militar realizada em 21 de abril de 2023. Esses policiais serão incluídos para fins de promoção, nesta data e na mesma posição em que se encontravam anteriormente nos almanaques respectivos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 28 de abril de 2023

  
**MOISEMAR MARINHO**  
DEPUTADO ESTADUAL



**REFERÊNCIA:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 06/2023

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Altera o art. 36 da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO, e adota outra providência.

**RELATOR:** Deputado MOISEMAR MARINHO

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PARECER

#### I - RELATÓRIO

O Chefe do Poder Executivo do Estado do Tocantins submete à apreciação desta Casa, a Medida Provisória nº 06/2023, que “Altera o art. 36 da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO, e adota outra providência”.

Afirma o Governador, em sua mensagem, que trata-se de alteração pontual na fixação do interstício do 1º Sargento, reduzindo seu tempo mínimo de permanência nessa Graduação para doze meses, dada a necessidade de prover demanda de pessoal na referida Corporação, em especial na carreira de praças.

Aduz ainda que a edição do presente instrumento normativo visa ajustar a letra da lei à boa técnica legislativa, revogando-se alínea “f” do inciso I do art. 36 da lei ora modificada, cujo teor se repetia em relação ao texto da alínea “e”, dirimindo-se assim eventuais conflitos hermenêuticos que pudessem vir a ser suscitados em razão da norma ora em vigor.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 27, §§ 3º a 9º, da Constituição Estadual, e artigos 197 a 202, do Regimento Interno desta Casa.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos foi apresentada uma emenda aditiva emenda de minha autoria, que tem por objetivo incluir

alteração das alíneas "a", "b" e "c" do inciso II, do art. 33, e do inciso III do art. 61, incluir um artigo e revogar o inciso VII do art. 33 da Lei 2575/2012.

A esta Comissão cabe análise quanto à constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, conforme art. 46, inciso I, alínea "a" c/c art. 73, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

É o relato essencial.

## II – VOTO

O art. 27, § 3º, da Constituição Estadual determina que a edição de medida provisória pelo Governador do Estado se condiciona ao atendimento dos pressupostos de relevância e urgência.

Neste sentido, no que se refere a constitucionalidade, constata-se que a matéria em apreço não afronta dispositivos da Carta Constitucional. Observa-se, ainda, a juridicidade da matéria tratada na Medida Provisória, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico.

Portanto, a proposição atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constitucionalidade, pelo que, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** da **Medida Provisória nº 06/2023, e da Emenda Aditiva**, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo.

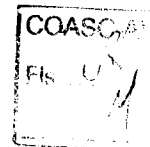
**É O PARECER.**

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2023.



Deputado **MOISEMAR MARINHO**

Relator



**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº /2023.**

Altera a Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO, e adota outra providência.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS  
DECRETA:**

**Art. 1º** O art. 36 da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.33.....  
.....

II - .....

a) condenado a pena restritiva de liberdade, por sentença transitada em julgado, previstos na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, desde que, o fato seja considerado infamante ou lesivo à honra e à dignidade da profissão, a critério da comissão de promoção a respectiva classificação dentro deste rol;

b) declarado indigno de permanecer na Corporação, em procedimento administrativo ou judicial, com a perda do Posto ou da Graduação;

c) em cumprimento de pena restritiva de liberdade, não disciplinar;

.....

Art. 36.....

I –.....  
.....

e) o 1º Sargento, doze meses;

.....

Art.61.....  
.....

III - absolvido, impronunciado ou absolvido sumariamente, feito transação penal ou suspensão condicional no processo a que responde;

....." (NR)

**Art. 2º** Tem aplicação aos Policiais Militares que, por estarem *sub judice*, não foram incluídos nos quadros de acesso à promoção da Polícia Militar realizada em 21 de abril de 2023. Esses policiais serão incluídos para fins de promoção, nesta data e na mesma posição em que se encontravam anteriormente nos almanaques respectivos.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** São revogados da Lei 2575, de 20 de abril de 2012:

I - o inciso VII do art. 33;

II - a alínea "f" do inciso I do art. 36.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2023.



Deputado MOISEMAR MARINHO

Relator





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**



**DESPACHO**

Aprovado, o Parecer do(a) Relator(a)  
Deputado(a) *Moisemar Marinho*, referente  
ao(a) *M.P.* nº *06* / *2023* na Reunião da Comissão de  
Constituição, Justiça e Redação.

Encaminhe-se(a) (ao) *Comissão Financeira e Tributária*  
*Fiscalização e Controle*  
Sala das Comissões, *09* de *maio* de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

**MEMBROS SUPLENTE**

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

Nomeio Relator o Senhor  
Deputado Sobran Gomes....., referente  
ao(a) M.P. 06 / 2023....., na **Comissão de Finanças,  
Tributação, Fiscalização e Controle.**

Sala das Comissões, 09 de maio de 2023.

Deputado **OLYNTHO NETO**  
Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e  
Controle.





**REFERÊNCIA:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 06/2023.

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Altera o art. 36 da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO, e adota outra providência.

**RELATOR:** Deputado FABION GOMES

## **COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

### **PARECER**

O Chefe do Poder Executivo do Estado do Tocantins submete à apreciação desta Casa, a anexa a Medida Provisória nº 06/2023, que “Altera o art.36 da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO, e adota outras providência”

Afirma o Governador, em sua mensagem, que trata-se de alteração pontual na fixação do interstício do 1º Sargento, reduzindo seu tempo mínimo de permanência nessa Graduação para doze meses, dada a necessidade de prover demanda de pessoal na referida Corporação, em especial na carreira de praças.

Aduz ainda que a edição do presente instrumento normativo visa ajustar a letra da lei à boa técnica legislativa, revogando-se alínea “f” do inciso I do art. 36 da lei ora modificada, cujo teor se repetia em relação o texto da alínea “e”, dirimindo-se assim eventuais conflitos hermenêuticos que pudessem vir a ser suscitados em razão da norma ora em vigor.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 27, §§ 3º a 9º, da Constituição Estadual, e artigos 197 a 202, do Regimento Interno desta Casa.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos não foram apresentadas emendas.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que concluiu que a matéria se encontra de ordem constitucional, aprovando com Emenda Aditiva, convertendo a MP em Projeto de Lei de Conversão.

Assim vem a esta Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, a qual cabe analisar quanto aos seus aspectos orçamentário, financeiros e tributário, e após esta análise conclui-se que está de acordo com as normas vigentes.

Ante o exposto, observado que a presente proposição está conforme as normas orçamentárias e financeiras, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** da **Medida Provisória nº 06/2023**, na forma do Projeto de Lei em Conversão aprovada pela Comissão anterior.

**É O PARECER.**

Sala das Comissões, em 09 de maio 2023.

**Deputado FABION GOMES**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

Aprovado o Parecer do Relator  
Deputado *Fabion Gomes*, referente ao (a),  
*M.P. nº 06 / 2023* na Comissão de Finanças, Tributação,  
Fiscalização e Controle.

Encaminhe-se ao *Comissão Administrativa Especial*  
*Weyne do Carmo*  
Sala das Comissões, *09* de *maio* de 2023.

Deputado **OLYNTHO NETO**

Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

### MEMBROS EFEITIVOS

Dep. **FABION GOMES**

Dep. **LEO BARBOSA**

Dep. **LUCIANO OLIVEIRA**

Dep. **EDUARDO MANTOAN**

### MEMBROS SUPLENTES

Dep. **MARCO MARCELO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **EDUARDO DO DERTINS**